

O OLHAR E A IMAGINAÇÃO SOCIOLÓGICA

LUÍS ANTONIO GROPPPO, doutor em Ciências Sociais pela UNICAMP, professor do programa de mestrado em Educação do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL), professor do UNASP, luis.gropo@am.unisal.br.

RESUMO: O objetivo do artigo é indicar algumas das potencialidades e limites da sociologia, contextualizando-a no tempo histórico e no espaço social, com base em revisão bibliográfica. Especialmente com base em Wallersteins (2002), aborda-se a constituição de um cânone ou cultura da sociologia em torno das ideias fundamentais de três autores: Durkheim e a existência de realidades sociais para além dos indivíduos; Marx e a existência de conflitos internos a estas realidades; Weber e as formas de legitimação capazes de apaziguar a maioria dos conflitos. Busca-se indicar como os grandes sociólogos usaram de modo criativo e sincrético tais autores e suas ideias, superando posições teóricas por demais abstratas ou reducionistas, indo ao encontro de discussões teóricas que contribuiram para a problematização em favor da pesquisa da realidade social concreta, permitindo uma autêntica imaginação sociológica. O texto busca mostrar que as ciências sociais, a sociologia e a imaginação sociológica apontaram caminhos que foram, mais recentemente, assumidos pelas ciências naturais e humanidades, tanto pelas “ciências da complexidade”, quanto pelos estudos culturais. Enfim, trata da militância, na sociologia, em prol de pesquisas e olhares que têm como meta a emancipação humana.

PALAVRAS-CHAVE: sociologia, imaginação sociológica, ciências da complexidade, estudos culturais, militância.

THE SOCIOLOGICAL VISION AND IMAGINATION

ABSTRACT: The objective of this article is to indicate some of the potentials and limitations of sociology, contextualizing it in historical time and social space, with basis in bibliographic revision. Especially with basis in Wallersteins (2002), a constitution of a canon or sociological culture is approached around the fundamental ideas of three authors: Durkheim and the existence of social realities further than individuals; Marx and the existence of internal conflicts regarding these realities; Weber and the ways to legitimize capable of calming the majority of conflicts. We

look to indicate how the great sociologists used in a creative and syncretic manner these authors and their ideas, going beyond theoretical positions though abstract or reductionary, to find theoretical discussions that contributed to problem making in favour of research into social concrete reality, permitting an authentic sociological imagination. The text looks to show that social science, sociology and sociological imagination point to paths that were, more recently, assumed by natural and human sciences, as well as “complexity sciences”, and by cultural studies. Finally, it regards militancy, in sociology, in favour of research and vision that have human emancipation as a goal.

KEYWORDS: sociology, sociological imagination, complexity sciences, cultural studies, militancy.

Introdução

Este artigo busca apresentar e justificar os fundamentos sociológicos que orientam a pesquisa que estou desenvolvendo, que versa sobre a Educação Sócio-comunitária.¹ Nesta apresentação, pretendo destacar o potencial destes fundamentos para a compreensão de aspectos cruciais da vida humana, entre eles, o âmbito da Educação.

Estes fundamentos foram selecionados e apresentados com base em dada experiência nas ciências sociais, justamente, a deste pesquisador. Por outro lado, este texto traz um esforço de síntese para o leitor interessado em se iniciar ou se aprofundar no conhecimento dos fundamentos do saber sociológico. É possível acompanhar um pouco da emergência e desenvolvimento da sociologia clássica, bem como as crises e dilemas da sociologia contemporânea.

Olhares

Wallerstein (2002) descreve que um conjunto de premissas passou a ser compartilhado pela maioria da comunidade de sociólogos, a partir do pós-2ª Guerra Mundial. Wallerstein considera que eles formam o cerne da “cultura da sociologia”.

Uma das premissas é a da existência efetiva – não apenas hipotética - de instâncias para além do indivíduo, as chamadas instituições ou grupos sociais. É um modo simplificado de interpretar a contribuição de Durkheim à sociologia, o qual teria demonstrado que a compreensão de inúmeros aspectos da vida humana deveria levar em conta as organizações sociais, a vida social ou os “fatos sociais”, que não se explicavam apenas com referência aos indivíduos em questão.

A segunda premissa advém da obra de Karl Marx. Ele, mais do que ninguém, trouxe à sociologia a questão do conflito e da desigualdade social – ou seja, que os grupos sociais são instáveis, têm condição conflituosa. Apesar de Parsons, em suas obras nos meados do século 20, buscar substituir Marx por Pareto, a contribuição da obra marxista para a percepção da realidade conflituosa dos grupos sociais se impôs por si mesma.

A premissa seguinte deriva da busca de resolver a questão trazida pela perspectiva social de Marx. A questão: apesar dos conflitos, as sociedades têm certa tendência a se manter, ao menos durante certo tempo. Respondendo a tal questão, a terceira premissa afirma que existem dinâmicas de legitimação as quais são responsáveis pela estabilidade social, levando os indivíduos a aceitarem a ordem social e as frações dos grupos sociais dominados a aceitarem a dominação das frações dominantes. Tal proposição derivaria da obra de Max Weber.

O que estou tentando argumentar é que a cultura da sociologia, que todos nós compartilhamos, contém três proposições simples – a realidade dos fatos sociais, a perenidade do conflito social, e a existência de um mecanismo de legitimação para conter o conflito – as quais representam uma linha básica mínima coerente para o estudo da realidade social. (WALLERSTEIN, 2002, p. 270).

Para Alexander (1999), o cânone, ou melhor, os “clássicos” da teoria social, têm fundamental importância para manter um mínimo de entendimento recíproco entre os que participaram da comunidade das ciências sociais. Boa parte das obras “teóricas” na sociologia, assim como dos aspectos teóricos em quaisquer dos trabalhos sociológicos, são, na verdade, reinterpretações dos clássicos. E isto, em grande medida, não é assumido pelos próprios sociólogos. Às vezes, nem percebido.

De toda forma, pode ser dito que os clássicos, assim como as premissas da cultura da sociologia, serviram por certo tempo, e ainda servem, mesmo que em parte, para instaurar um mínimo de consenso na comunidade dos sociólogos. Permitem um mínimo de entendimento capaz de sustentar o diálogo entre os que pesquisam as questões sociológicas.

Mas não é injusta a crítica de Pierre Bourdieu (1989) aos compêndios escolares de sociologia, que perfazem um fictício histórico da disciplina em que se confrontam falsamente Durkheim, Marx e Weber, ou em que a teoria social vai se constituindo de modo evolutivo pela assunção de cada um destes autores clássicos.

É que esta constituição do cânone sociológico, desta cultura da sociologia, é na verdade fruto de uma releitura do passado desta ciência de modo a fundamentar certa síntese da teoria social, aquela feita por Talcott Parsons. E mesmo as contestações a Parsons, desde os anos 1950, em geral também se serviram de releituras do cânone. (ALEXANDER, 1999). Manuais de sociologia anteriores a 1945, segundo Wallerstein (2002), eram bem mais ecléticos. Só após 1945, a disciplina se estrutura teoricamente basicamente em torno de Durkheim, Marx e Weber.

A posição de Bourdieu (1989) é contrária a uma “teoria teórica”, um teorismo que gira em torno de si mesmo. Em contrapartida, propõe o uso da teoria em favor da constituição de problemas e métodos para a prática da pesquisa. Um uso criativo da teoria, portanto.

Neste sentido, os autores clássicos podem ser úteis, desde que não utilizados como uma espécie de dogma, mas sim como fonte geradora de problemas, conceitos e objetos de pesquisa sociológica.

Penso que esta postura criativa diante dos clássicos da teoria sociológica marca boa parte dos principais sociólogos da segunda metade do século 20 e do início do século 21. Não

apenas Bourdieu e Wallerstein, mas também C. Wright Mills, Anthony Giddens, Boaventura de Sousa Santos e outros. Também na sociologia brasileira, como Renato Ortiz e Octavio Ianni e, como fonte irradiadora de uma prática sociológica a um tempo criativa, crítica e rigorosa, Florestan Fernandes.

Em obra original de 1954, Florestan Fernandes (1972) tentava explicar os fundamentos metodológicos da tríade Durkheim, Weber e Marx, colocando tais fundamentos em diálogo, buscando uma possível complementação entre eles em favor da pesquisa sociológica. Segundo Florestan, as proposições de ordem metodológica destes autores permitem a formulação e a discussão de problemas essenciais para os sociólogos. Cada orientação seria uma possibilidade legítima de abordagem e solução de problemas. E mais, o avanço da sociologia dependeria da capacidade de fundir tais orientações que, na verdade, seriam interdependentes e complementares - sua desarmonia derivaria menos de questões sociológicas e mais de questões de ordem filosófica e meta-teórica.

Para além de um conjunto de premissas que forneceriam um consenso mínimo para a comunidade de sociólogos, como indicou Wallerstein, Florestan afirma que as orientações dadas pelas obras de Durkheim, Marx e Weber permitem flagrar o social em, ao menos, três dimensões espaço-temporais. O tipo de problema sociológico construído pelo pesquisador é que pode levá-lo a privilegiar uma ou outra orientação ou combinar duas ou mais orientações.

Durkheim teria proposto, como forma de análise, o tipo médio, uma somatória das características mais comumente encontradas em dada forma de sociedade. Tal tipo permite observar melhor as regularidades da vida social, a tendência ao equilíbrio.

Marx teria proposto o tipo extremo, descrito a partir da observação daquela sociedade concreta em que as transformações históricas em curso mais avançaram², a qual indica o provável caminho a que as demais sociedades que compartilham desta mesma processualidade histórica iriam passar. O tipo extremo permite observar a dinâmica das sociedades, suas contradições, rupturas e revoluções.

Weber, enfim, teria proposto o tipo ideal, um conjunto de características construídas intelectualmente pelo sociólogo, um conceito que indicaria o arranjo mais racional entre os elementos constituintes de dada ordem de fenômenos sociais. O tipo ideal permitiria avaliar melhor as condições presentes em uma dada situação social, bem como as motivações e valores presentes nos indivíduos nesta situação, ao comparar a distância entre o empírico – a realidade social concretamente observada – e o tipo-ideal (construção racional e mentalmente construída pelo sociólogo).

Estática, dinâmica, condições e motivações estariam, assim, à disposição do sociólogo que lançasse mão de um uso criativo destas possibilidades (FERNANDES, 1979).

Poderíamos ainda avançar, e indicar quais modos de análise da realidade social estão presentes em cada uma destas tradições, com base em Octavio Ianni (1º semestre de 1989), discípulo de Florestan.

Durkheim teria sido um dos expoentes de um princípio explicativo chamado de “causação funcional”. A causação funcional busca identificar as relações entre os fatos sociais por meio do recurso à causa; recorrendo a uma das obras de próprio Durkheim, *O suicídio*, como exemplo, temos que um dado fenômeno – no caso, a anomia social – teria causado

outro fenômeno – a saber, o aumento da taxa de suicídios de tipo anômico. Ainda, a causação funcional faz uso também do recurso à função/disfunção; recorrendo a outra obra de Durkheim, *Da divisão do trabalho social*, temos, como exemplo, que a função dos valores sociais ligados às profissões é o de regular a divisão social do trabalho, evitando a anomia social – a qual foi indicada, acima, pelo aumento da taxa de suicídios (DURKHEIM, 1990).

Max Weber propõe como princípio explicativo a “conexão de sentido”. Tal está aplicado principalmente em sua obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Duas ordens de motivações e valores sociais – ética protestante, ou melhor, o ascetismo secular na versão calvinista, e o espírito do capitalismo – são comparados, confrontados. Deste modo, busca-se averiguar se alguns componentes da ética protestante (como a vocação e o ascetismo secular), porventura, teriam dado origem, ainda que metamorfoseados, a aspectos fundamentais do espírito capitalista (como a “dedicação profissional” e a busca racional do lucro) (WEBER, 1967).

Enfim, Marx desenvolveu, tomando-o de Hegel, o princípio da “contradição” para a explicação daquilo que se refere à vida social. Nesta lógica dialética, da contradição, algo se explica pela sua relação com seu oposto. Traduzindo em termos sociológicos, teríamos que a vida social é regida pela contradição de interesses entre os grupos que fazem parte dela. A sociedade seria uma espécie de palco onde se desenrolam os conflitos entre as classes sociais. O “coração” da sociedade e o que dá movimento à história é a contradição de desejos e interesses entre as diferentes classes sociais que a compõem. A própria condição de uma classe social só se explica pela sua contraposição a outra classe social, ou seja, a classe dominada deve sua condição justamente à exploração efetivada pela classe dominante. Na sociedade burguesa, o proletariado – a classe dos trabalhadores assalariados – era justamente aquele grupo de homens e mulheres que sobreviviam tão somente à custa do aluguel da sua força de trabalho. Aluguel efetuado, precisamente, à burguesia – a classe dos donos dos meios de produção – que assim acrescentava mais valor – pela exploração da força de trabalho – à sua riqueza. (MARX; ENGELS, 1988).

Tão importante quanto a fecundidade dos olhares clássicos da sociologia sobre a vida social, é uma postura, um “estado de espírito”, que tanto o sociólogo quanto o não-sociólogo podem cultivar. Trata-se da “imaginação sociológica”, aventura da alma humana a qual suscita os olhares instigantes e criativos, mas também críticos e rigorosos, sobre a vida social.

Imaginação

Temos ao menos três grandes dilemas da sociologia. O primeiro se refere à relação entre indivíduo e sociedade. Muito próximo a este, a questão sobre qual seria o nível de generalidade de aplicação das teorias sociológicas, ou seja, a questão do macro *versus* o micro. Enfim, a relação entre sociedade e história, ou entre permanência e transformação, ou entre estrutura e dinâmica.

A questão da relação entre sociedade, indivíduo e história aparece nos autores “canônicos” da sociologia, foi problemática central ao longo do século 20 e continua sendo. Talcott Parsons (1902-1979), sociólogo norte-americano, deu respostas que pareceram convincentes à boa parte da comunidade sociológica durante certo tempo.

Em um considerável esforço teórico que perpassou boa parte de sua vida, Parsons buscou uma conciliação entre uma teoria geral da ação e uma teoria do sistema social, uma linguagem

analítica geral para as ciências humanas (para além da sociologia) e uma teoria sociológica ancorada em uma rigorosa definição de sistema – se bem que inicialmente tenha buscado, sobretudo, uma teoria social fundada na ação. Construiu um referencial teórico e conceitual para a sociologia, o estrutural-funcionalismo, que marcou uma época – dos anos 1930 aos anos 1960 -, que dos Estados Unidos se expandiu à boa parte do mundo em que a sociologia era praticada. Com ele, a sociologia pareceu ter alcançado uma síntese teórica superior e integradora da disciplina, cuja sofisticação, complexidade (e mesmo complicação) e abstração parecia ter alçado a sociologia aos rigores exigidos pelo modelo “moderno” ou newtoniano de ciência.

De maneira simplificada, podemos dizer que Parsons buscou entender como, a partir das ações sociais, se produzem padrões estáveis de vida social, os sistemas sociais. Fugindo de uma possível resposta voluntarista que, no seu limite, negaria a possibilidade de qualquer ordem social, Parsons identifica nas motivações dos agentes a resposta: tais motivações são dadas aos agentes sociais por padrões culturais, interiorizados. Weber, Durkheim e mesmo Freud são importantes referências teóricas – mas a Escola de Chicago e Marx são injustificadas ausências em suas discussões. Contudo, Parsons vai tornando cada vez mais central a noção de sistema em seu empenho. A realidade – seja esta um grupo social, uma instituição econômica, um conjunto de valores culturais e até mesmo um indivíduo – passa a ser tratada com base na noção de um sistema entendido a partir da ideia de uma estrutura e um conjunto de funções (HABERMAS, 1987, Parsons, 1970, Rocher, 1976).

Já no final dos anos 1950, a teoria de Parsons passou a ser contestada. Isto é mais sério nos anos 1960 e, nos anos 1970, Parsons já perdera sua hegemonia. As contestações viriam, por um lado, de sociólogos insatisfeitos com a desapareição efetiva dos entes humanos criadores. Por outro, de teóricos mais focados nas influências dos padrões sociais sobre os indivíduos, mas insatisfeitos com as soluções dadas por Parsons. Entre os segundos, alguns levariam a teoria social aos extremos da abstração e de expulsão das intenções dos sujeitos – o estruturalismo.

Alexander (2008) descreve estas duas tendências críticas ao estrutural-funcionalismo de Talcott Parsons como teorias micro e teorias macro. Entre as teorias micro, algumas reformulações do pensamento filosófico pragmático – o interacionismo simbólico -, do pensamento fenomenológico – a etnometodologia – e até do utilitarismo – a teoria das trocas de Homans. Entre as teorias macro, a retomada de Marx e da “vertente institucional do pensamento de Weber” deram origem a teorias do conflito e ao estruturalismo.

As teorias micro na sociologia centram sua atenção no indivíduo: focam a referência interna ao indivíduo como fonte da ação; consideram a ordem social como “resultado de negociação individual”, de maneira que as estruturas sociais seriam portadas pelos indivíduos e produzidas por eles em suas interações. As teorias macro centram sua atenção na coletividade: focam a referência externa, vinda das estruturas sociais, como fonte da ação individual; consideram que os padrões sociais preexistem ao ato individual, de modo que a ordem social “não é produto de considerações puramente instantâneas ou momentâneas” (ALEXANDER, 2008).

Alexander (2008) tem feito coro, segundo ele, a uma tendência teórica que, após os anos de 1970, busca conciliar as teorias sociológicas de nível micro e macro, as quais teriam perdido sua vitalidade.³

Contudo, não me parece novidade esta postura de considerar a relação entre indivíduo e sociedade, entre os níveis micro e macro, como aspecto central da reflexão sociológica. Ela está presente na prática sociológica dos clássicos, bem como nas reflexões teóricas e pesquisas dos grandes autores. Entre eles, parece se destacar C. Wright Mills, que chamou esta capacidade de relacionar os níveis micro e macro da realidade humana de “imaginação sociológica”. E ele ia mesmo além, pois que também o âmbito da história tinha de entrar em cena, assim como a capacidade de relacionar estrutura e dinâmica social, ou ainda biografia e grandes processos sociais.

Em *Imaginação Sociológica*, obra que Wright Mills escreveu no final dos anos 1950, o sociólogo norte-americano fazia um quase solitário coro, em seu país, contra a hegemonia incontestada da teoria social de Parsons. Quase ponto a ponto, sua proposta do fazer sociológico é uma contestação do *modus operandi* de Parsons (MILLS, 1959).

Mas o que mais vale reter agora é o que Mills define como imaginação sociológica, algo já anunciado linhas acima. A imaginação sociológica permite ao indivíduo – seja este pesquisador ou não – usar de modo mais efetivo as informações disponíveis (que às vezes, estão presentes até em excesso na vida do cidadão comum) para analisar com mais argúcia e razão a situação em que vive. Ela permite a compreensão da relação entre a vida individual e o cenário geral, ou seja, permite entender a relação entre a biografia e a história no interior da sociedade: o indivíduo só pode entender a si mesmo localizando-se dentro do seu período histórico e compreendendo as possibilidades de todos os demais indivíduos; porém, qualquer indivíduo, por menor que seja e por menos consciência que tenha, influi em sua sociedade e na história, ao mesmo tempo em que é influenciado por elas.

Entre as recomendações feitas por Mills para o cultivo da imaginação sociológica, destaco a proposta de reabilitar processos eruditos do artesanato intelectual, os quais estimulam a imaginação sociológica. Para Mills, a pesquisa sociológica é basicamente uma tarefa artesanal, tantas vezes solitária, de mergulho nas reflexões, notas de leitura, esboços e percepções da realidade social. Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2007), em obra original de 1968, falam da pesquisa sociológica como a prática de um “ofício”. Ortiz (2002, p. 3) afirma que, ao iniciar uma pesquisa, é preciso sempre “recomeçar do zero”, ou seja, “refazer os passos iniciais a toda prática sociológica”, sendo o texto – produto principal da pesquisa sociológica – uma espécie de costura, uma composição a partir de conceitos que devem ser lapidados pelo próprio sociólogo.

Segundo Wright Mills, a imaginação sociológica permite que nós nos surpreendamos com o aquilo que quase todos já se acostumaram, assim como permite criticar uma verdade que foi aceita muito facilmente. O papel da crítica possibilitada pela imaginação sociológica é fundamental para que os indivíduos possam compreender o mundo atual e se posicionar politicamente.

Mills referenda a possibilidade de a sociologia ser um pensamento esclarecedor acerca da vida humana, em especial dos seus aspectos coletivos e acerca da relação entre a pessoa e o meio social do qual faz parte, entre a biografia de alguém e a história mais ampla que nos cerca.

Retorno assim ao tema da sociologia como ciência, mas agora buscando enfatizar o potencial positivo, criativo, humano da ciência, sem esquecer-se das advertências feitas na introdução. Sigo um pouco os passos de Bourdieu, Chamberdon e Passeron (2007), que em *Ofício de sociólogo* fundamentam-se em Bachelard para afirmar que a razão, a qual torna a ciência possível,

é fundamentalmente uma força negadora. Assim, a ciência se faz contra o imediato e contra as sensações. A mola mestra dos conhecimentos científicos é a recusa. A ciência não é a captação ou captura do real, mas uma certa postura e organização intelectual com a qual “é possível ter a segurança de nos aproximarmos do real” (Bachelard apud *ibid.*, 2007, p. 105).

Com base em tal concepção de ciência, Bourdieu, Chamberdon e Passeron afirmam que “o fato é conquistado contra a ilusão do saber imediato” (2007, p. 23). Tal advertência é ainda mais séria em uma ciência como a sociologia, em que a matéria com a qual o pesquisador lida, a vida social, trata de coisas muito familiares. Portanto, é preciso polemizar sempre com as evidências e sua ilusão do saber imediato.

Deste modo, temos que a sociologia é uma possibilidade de ruptura com o senso comum e com as evidências, possibilidade de outro olhar, mais amplo, profundo e crítico, em relação aos temas, questões e interesses do nosso dia-a-dia. Se Bourdieu, Chamberdon e Passeron pareceram, no contexto do debate epistemológico em que foi escrito originalmente seu texto – final dos anos 1960 – opor, afrontar mesmo, senso comum e sociologia, Anthony Giddens, sociólogo britânico que vem marcando sua produção científica desde os anos 1990 com a temática da reflexividade, parece diluir esta oposição.

Giddens (2001) também enxerga a sociologia como um saber que trata de temas diretamente relacionados ao nosso dia-a-dia, mas enfatiza a associação cada vez mais íntima entre o saber sociológico e a vida social. Para ele a “a pesquisa e o pensamento sociológicos são mais ou menos indispensáveis na sociedade contemporânea” (p. 15). Tal fato constitui-se em um dos importantes capítulos da “modernização reflexiva”, na qual os saberes dos especialistas, inclusive o dos sociólogos, estaria a substituir as tradições como fonte de decisão e conhecimento dos cidadãos comuns: “a reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas [...]”. (Giddens, 1991, p. 45). Jargões, temáticas e explicações de cunho sociológico têm integrado os debates públicos e cotidianos.

Parece-me prudente não percorrer apenas as trilhas dos extremos neste caso. A reflexividade da vida social contemporânea muito faz uso do saber sociológico. Mas o saber sociológico, de tipo “erudito”, pode ele também se constituir em mera reprodução mais ou menos sofisticada do senso comum. Nos termos de Bourdieu, Chamberdon e Passeron, a sociologia espontânea, nascida da ilusão da autoevidência das causas e consequências das ações individuais e interindividuais, pode vir a dar forma à sociologia “erudita”. Isto é ainda mais forte na sociologia dita “oficial”, aquela que, por lidar com temas e formas de análise mais ao agrado das instituições governamentais, recebe maiores financiamentos e adquire mais prestígio.

Bourdieu (1988), em texto situado a duas décadas depois de *Ofício de sociólogo*, reforça principalmente a postura crítica, esclarecedora e antidogmática que a sociologia deveria assumir. O ponto inicial é semelhante nas duas obras: a defesa de que o “objeto” da pesquisa sociológica deve ser “construído”, e de modo lento e meticuloso, unindo criativa e criticamente teoria e metodologia. O “objeto” da pesquisa sociológica não deve ser tomado pura e simplesmente da realidade evidente, com o risco de que tal prática seja, como dito, mera reprodução um pouco mais sofisticada, com ares eruditos, do que já é sabido pelo senso comum, ou do que já afirmado e ventilado aos quatro cantos pelas ideologias dominantes. Trata-se da luta contra o realismo

simplista das unidades pré-construídas, seja pelo senso comum, seja pelas instituições oficiais. Esta ruptura não é fácil, pois, como dito, o sociólogo vai pesquisar um objeto que faz parte do mundo social, do qual o pesquisador também faz parte e é também um produto. Corre-se o risco de que os problemas, conceitos e noções classificatórias empregadas sejam oriundos mais ou menos diretamente do próprio meio social. Este perigo é grande também porque tais problemas, conceitos e noções são tidos como os mais legítimos e dignos, muitas vezes até oficializados e garantidos pelo Estado.

“Numerosos objetos reconhecidos pela ciência oficial [...] não são outra coisa senão problemas sociais que entraram de contrabando na sociologia [...] e que [...] variam ao sabor das flutuações da consciência social do momento”, condenando-se o pesquisador “a ser apenas instrumento daquilo que ele quer pensar” (BOURDIEU, 1988, p. 36, grifo do autor). Entre as recomendações que Bourdieu faz para tentar se evitar este perigo, está a compreensão da emergência histórica daqueles problemas que se apresentam aos sociólogos e, em especial, “praticar a dúvida radical”, ainda que isto, para o sociólogo, signifique “pôr-se um pouco fora da lei” (ibid., p. 39).

Penso, novamente, que se trata de encontrar um ponto entre os extremos, ou ainda melhor, saber qual posição adotar diante de certa realidade e de certa questão: a dúvida radical – irrompendo com o senso comum – ou o diálogo com o conhecimento cotidiano. Também, praticar o movimento que vai da ruptura com o senso comum, por meio da pesquisa científica, em direção, novamente do senso comum, mas para contribuir com sua reconstrução. Desta maneira, a razão crítica contida na ciência deixa de ser tão somente arquiteta do saber arrogante e desenraizado (SANTOS, 1988).

Ciência

Mais otimista que Bourdieu, anos antes Wright Mills (1959) enfatizara a possibilidade de a sociologia fornecer um novo paradigma de interpretação da realidade, um novo modelo de compreensão de mundo, não apenas aos cientistas, mas para todos os cidadãos. O que é interessante reter agora é justamente esta proposta: a sociologia se tornaria o paradigma explicativo hegemônico no campo científico. Da imaginação sociológica nasceria uma nova unidade das ciências, em substituição ao modelo de ciência moderna fundado na Física e na Biologia.

É importante salientar que o modelo de ciência natural que Mills faz confrontar com a imaginação sociológica ainda é aquela ciência newtoniana, portanto mecanicista e determinista.

Wallerstein (2002, p. 200-1) descreve o modelo newtoniano de ciência como assentado nas seguintes premissas:

- “existe um universo material real”;
- “tudo que existe neste universo é governado por leis universais naturais” – sendo a natureza, assim, passiva;
- “a ciência é atividade de descobrir quais são essas leis”;

- “a única maneira confiável” de fazer isto é a “investigação empírica”, a qual “envolve medições” que, quanto mais precisas, melhores, pois é possível a “perfeita precisão”;
- “a asserção mais adequada das leis naturais é a asserção mais simples e que cubra o maior número de fenômenos possíveis”;
- “a trajetória da maioria dos fenômenos naturais é linear e [...] tendem a retornar ao equilíbrio”, de modo que “o tempo é irrelevante para a compreensão dos fenômenos naturais”. Boaventura de Sousa Santos (out. de 2002) considera que o fulcro da ciência newtoniana, a razão ocidental, tem como traço fundamental uma concepção tacanha de tempo, reduzindo a multiplicidade de tempos (passados, futuros, presentes, cíclicos, lineares e simultâneos) ao tempo linear. O tempo linear é o que contrai o presente e expande o futuro:
- “qualquer processo que pareça se comportar de outro modo” (não-linear e/ou sem tender ao equilíbrio), “na verdade, não o faz”, pois o problema estaria em nossa ignorância sobre o real funcionamento do processo (WALLERTEIN, 2002, p. 201). Um grande exemplo disto é a entropia – concepção da termodinâmica em que a energia tende a se consumir com o tempo – tida como explicação imperfeita pela ciência newtoniana.

A tendência inicialmente dominante na sociologia foi a de adotar este modelo para estudar os fenômenos humanos. Comte preconizara uma “Física Social”. A sociologia de Durkheim fazia largo uso de analogias com a biologia. Talcott Parsons, já no século 20, construiu uma teoria geral com base nestas tradições e em novas tendências das ciências naturais, como a cibernética.

Desde logo, porém, a partir do questionamento do historicismo alemão, constituiu-se na sociologia – e nas ciências humanas como um todo – a querela do método: as ciências humanas e as naturais teriam o mesmo método, ou se fundamentariam em métodos diversos?

Weber foi o mais conhecido sociólogo a adotar a solução das duas ciências, cada qual com seu próprio fundamento: as ciências “históricas” e as ciências naturais. As ciências históricas estudam “objetos” constituídos a partir da ação humana, portanto significativos e carentes de interpretação, já que seriam fenômenos particulares e não-repetíveis. As ciências naturais seguiriam o modelo acima descrito, da ciência newtoniana.

A ruptura era apenas aparente, pois esta concepção mantinha um dos traços fundamentais do paradigma newtoniano de ciência, a saber, a dicotomia natureza *versus* pessoa humana. Nesta, a natureza, radicalmente separada do humano, é considerada como extensão e movimento, passiva, eterna, reversível e compreensível sob a forma de “leis”; não haveria nada a impedir o conhecimento de seus mistérios para exercer nela domínio e controle (SANTOS, 1988).

A questão era se esta concepção da natureza deveria ser estendida ou não ao estudo científico do ser humano. Caberia à ciência focar naquele aspecto humano que também era “natural” (neste sentido de passivo e regido por “leis” universais)? Até que ponto

o estudo desta “natureza humana” era ou não relevante para a compreensão dos fatos humanos e sociais?

A concepção newtoniana de ciência ainda estava mais ou menos intocada. Os cientistas sociais que adotavam a solução das duas ciências tendiam a considerar as ciências históricas como “menos científicas”, já que o padrão, ainda que tácito, era o modelo newtoniano que era melhor aplicável aos fenômenos naturais.

A sociologia continuava a ser uma ciência tímida e envergonhada quando confrontada às ciências naturais – mesmo quando assumia ares arrogantes em relação ao senso comum e aos saberes não-científicos. Na versão dita positivista – que defendia a unidade da ciência sob o paradigma newtoniano – pelo fato de que a sociologia ainda estaria muito distante do rigor e sucesso no estabelecimento das “leis gerais” alcançados pelas ciências naturais. Na versão historicista – que defendia a dualidade das ciências – pelo reconhecimento do caráter limitado da pesquisa científica sobre o ser humano em comparação com a amplitude do conhecimento das ciências naturais, já que restaria à sociologia tão somente a “interpretação”.

A formidável capacidade explicativa e preditiva daquela ciência newtoniana por muito tempo ocultou um de seus mais problemáticos pressupostos metateóricos: a ideia da ordem e estabilidade do mundo, a concepção de que o “passado repete o futuro”, ou seja, o mecanicismo. O mecanicismo iria dar mesmo suporte à poderosa ideologia científica do século 19, fundamentando mascaradamente a ideia de progresso, entendido este como transformação tecnológica do real com base em dada ordem e estabilidade do mundo que pode ser controlada e dominada (SANTOS, 1988).

Entretanto, novas teorias construídas no interior da própria ciência moderna foram desgastando os pressupostos do modelo científico “moderno”. Os avanços da própria ciência na produção do conhecimento, em especial nas ciências naturais, não nas ciências sociais, foram uma das principais causas da crise do modelo “moderno” ou newtoniano de ciência (Santos, 1988), como a termodinâmica (já no século 19), a teoria da relatividade de Einstein, a mecânica quântica, as investigações matemáticas de Gödel, além de outros avanços mais recentes na microfísica, química e biologia, bem caracterizados pelas pesquisas e reflexão filosófica de Ilya Prigogine.

Inicialmente, foi principalmente entre filósofos da ciência vindos das ciências naturais que foi mais extensa e radical esta contestação dos pressupostos da ciência moderna. Entre eles, Feyreband, crítico do que chama de “imperialismo do pensamento científico. Cientistas notáveis fora dos países centrais também enveredaram por trilha semelhante à de Feyreband, como os indianos C. V. Seshadri e Vandana Shiva (SANTOS, 2005).

Por sua vez, David Bohm vai defender que a realidade é mais complexa do que é possível significar sobre ela, muito mais ainda em relação ao que é possível matematizar. Com base nisto, Bohm vai defender o reconhecimento da Complexidade e a necessidade da Interdisciplinaridade (SANTOS, 1988).

Mas será Ilya Prigogine o principal sistematizador desta ruptura em relação ao modelo newtoniano no interior das ciências naturais, com seus estudos sobre as “ciências da complexidade”. Suas pesquisas e teorias sobre sistemas abertos ou não-estáveis indicam

que há um ponto crítico do qual emerge uma bifurcação. Prigogine elabora uma nova concepção da matéria e da natureza, cuja lógica explicativa tem muito das ciências sociais não-positivistas: há na natureza também história, imprevisibilidade, espontaneidade, auto-organização, irreversibilidade, desordem, criatividade e acidente (SANTOS, 1988). Penso que a descrição feita por Wallerstein (2002) sobre as propostas fundamentais de Prigogine e da ciência da complexidade atinge aqui bem as necessidades deste texto.

Prigogine defende uma nova racionalidade para a ciência, com base na complexidade, não no determinismo. O futuro não está mais decidido, mas sim aberto: é fonte de incerteza, mas também de esperança. O primado agora é da “instabilidade, evolução e flutuação” (WALLERSTEIN, 2002, p. 201). O universo não é mais tido como geométrico mas, antes, como narrativo, pois “o problema do tempo é o problema central” (ibid., p. 201).

Surpreendentemente, se estabelece uma nova unidade entre ciências naturais e humanas, não pela tentativa de estender a suposta lógica “mecânica” da natureza aos domínios do humano e do social. Os modos de funcionamento dos fenômenos humanos e naturais não são tidos como opostos, nem como fundamentalmente diferentes. Só que isto se dá não pelo fato de a vida humana se comporta conforme as regras determinísticas da ciência newtoniana, mas, antes, “porque a natureza opera nos termos das descrições que geralmente usamos sobre os seres humanos” (ibid., p. 201). Assim, matéria e humanidade, ambos, têm memória, história e narrativa.

A probabilidade, nas ciências da complexidade, não é tida como recurso menor das ciências, como algo provisório diante da ignorância parcial dos cientistas em relação a um dado fenômeno. Agora, a probabilidade se torna “a única verdade científica” (ibid.).

A entropia deixa de ser exceção entre as teorias científicas, e se torna um recurso de compreensão de suma importância. É que, para as ciências da complexidade, os fenômenos naturais, tais como os humanos, “estão constantemente se afastando dos equilíbrios” (ibid., p. 26), caminhando para inevitáveis bifurcações que produzem ordens novas a partir do caos.

Pelo empenho de inovadores da própria ciência natural, como Prigogine, a ciência social vem, de certo modo, ocupar o espaço central apregoado anos antes por Wright Mills. A imaginação sociológica, capaz de relacionar as partes e o todo, e o todo com as partes, assim como a estrutura e a história, a biografia e o processo, vem se tornando não mais um recurso específico das ciências sociais, mas o procedimento intelectual básico até mesmo dos que estudam os fenômenos naturais.

Conclusão

Neste texto, busquei indicar algumas das potencialidades e limites da sociologia, contextualizando-a no tempo histórico e no espaço social.

Especialmente com base em Wallerstein (2002), abordou-se a constituição de um cânone ou cultura da sociologia em torno das ideias fundamentais de três autores: Durkheim e a existência de realidades sociais para além dos indivíduos; Marx e a existência de conflitos internos a estas realidades; Weber e as formas de legitimação capazes de apaziguar a maioria dos conflitos. Além disto, buscou-se indicar como os

grandes sociólogos do século 20 e 21 usaram de modo criativo e sincrético tais autores e suas ideias, superando posições teóricas por demais abstratas ou reducionistas, indo ao encontro de discussões teóricas que contribuíram para a problematização em favor da pesquisa da realidade social concreta, permitindo uma autêntica imaginação sociológica.

Na verdade, a abertura do espírito humano à integração entre as dimensões do individual, do social e do histórico, é mesmo uma pré-condição para aqueles olhares criativos, críticos e esclarecedores da vida humana. Tal abertura é a imaginação sociológica. Esforço de síntese e de recepção de diferentes contribuições teóricas, tendo em vista a pesquisa e a compreensão de questões sociais fundamentais de nosso tempo, contra os perigos do empirismo ralo ou do teorismo vazio. Empenho tanto científico quanto ético-político de compreender melhor a si mesmo pela via do entendimento das possibilidades da história e dos (des) caminhos das estruturas sociais.

O texto buscou mostrar que as ciências sociais, a sociologia e a imaginação sociológica apontaram caminhos que foram, mais recentemente, assumidos pelas ciências naturais e humanidades. A dimensão aberta do tempo e a necessidade de interpretação dos fenômenos foram, enfim, consideradas como postura intelectual necessária para pesquisar não apenas as coisas do humano, mas também da natureza, pela “ciência da complexidade”.

Notas

¹ Trata-se da pesquisa “Sociologia da Educação Sócio-comunitária”, desenvolvida no Programa de Mestrado em Educação do Unisal, entre fevereiro de 2007 e fevereiro de 2010, financiada pelo CNPq.

² No caso da sociedade burguesa do século 19 – o “capitalismo” – esta sociedade seria a Inglaterra.

³ Segundo Domingues (2001, cap. 4), a tentativa de síntese entre teorias centradas na “estrutura” (macro) e na “ação” (micro) abundam a partir da década de 1970, como Peter Berger e Thomas Luckman, David Lockwood, Alain Touraine e Cornelius Castoriadis, destacando-se Pierre Bourdieu e Anthony Giddens.

Referências bibliográficas

- ALEXANDER, Jeffrey. A importância dos clássicos. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (orgs.). **Teoria Social Hoje**. São Paulo: Editora da Unesp, 1999, p. 23-90.
- _____. O novo movimento teórico. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. n. 4, 1987. CD-ROM ANPED, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1988.
- _____; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de sociólogo. Metodologia da pesquisa na sociologia**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

- CANDIDO, Antonio. **Florestan Fernandes**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.
- DURKHEIM, Emile. **Durkheim. Sociologia**. 5 ed. São Paulo: Ática, 1990.
- FERNANDES, Florestan. Os problemas da indução na sociologia. In: _____. **Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica**. 2 ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1972, parte II, p. 41-174.
- GIDDENS, Anthony. **Em Defesa da Sociologia: ensaios, interpretações e tréplicas**. São Paulo: Editora da Unesp, 2001.
- _____. **As Consequências da Modernidade**. 2 ed. São Paulo: Editora da Unesp, 1991.
- HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la Action Comunicativa**. Tomo II: Crítica de la razón funcionalista. Madrid: Taurus, 1987.
- IANNI, Octavio. A sociologia e o mundo moderno. In: **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 1, n. 1, 1º sem./1989, p. 7-27.
- _____. **Pensamento Social no Brasil**. Bauru, SP: Edusc, Anpocs, 2004.
- JOAS, Hans. Interacionismo simbólico. In: GIDDENS, A; TURNER, J. (orgs.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Editora da Unesp, 1999, p. 127-174.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**, Petrópolis: Vozes, 1988.
- MILLS, C. Wright. **A Imaginação Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1959.
- ORTIZ, Renato. **Ciências Sociais e Trabalho Intelectual**. São Paulo: Olho d'água, 2002.
- PARSONS, Talcott. Some problems of general theory in sociology. In: MCKNNEY, John; TIRYAKIAN, Edward (orgs.). In: **Theoretical Sociology: perspectives and developments**. New York: Appleton, 1970. p. 27-68.
- ROCHER, Guy. **Talcott Parsons e a Sociologia Americana**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. I: **Estudos Avançados**. Vol. 2, n. 2, São Paulo, maio/ago. de 1988.
- _____. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, out. de 2002, p. 237-280.
- _____. (org.). **Semear Outras Soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- WALLERSTEIN, I. **O Fim do Mundo Como o Concebemos: ciência social para o século XXI**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1967.